

3. A TRADUÇÃO FEMINISTA

3.1 O movimento de tradução feminista canadense

O fenômeno da tradução feminista, na forma hoje conhecida¹, floresceu no Canadá graças a uma conjunção bem específica de fatores históricos e ideológicos. Por um lado, as teorias desconstrutivistas e pós-estruturalistas forçaram a redefinição de conceitos como “original” e “fidelidade”, e influenciaram o surgimento do que ficou conhecido como “virada cultural”. Por outro, inspiradas pela segunda onda feminista que se desenvolvia na França e nos Estados Unidos, algumas escritoras quebequenses desenvolveram formas de escrita radicalmente experimentais, que foram amplamente discutidas na academia e, muitas vezes, traduzidas.

A virada cultural surgiu entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, e levou atenção ao fato de que a tradução não seria um fenômeno puramente linguístico e que, portanto, deveria ser estudada considerando o contexto sociocultural. A unidade de análise não deveria ser a palavra, ou tampouco o texto, e sim a cultura na qual aquele texto estivesse inserido. As principais perguntas a serem respondidas no Estudo da Tradução deixaram de ser “como devemos traduzir” ou “o que é uma tradução correta” e passava a ser adotada uma abordagem mais descritiva², que procurava entender como as traduções eram produzidas, como elas circulavam no mundo, e que questões isso gerava. (SIMON, 1996, p.7) A tradução passou a ser vista, portanto, como o mecanismo através do qual um texto de uma cultura torna-se um texto inserido em uma outra cultura. Como explica MUNDAY (2012 [2001], p.192):

¹ É comum encontrarmos referências que indicam o movimento iniciado no Canadá na década de 1970 como os primórdios da tradução feminista (e.g. BOZKURT, 2014, p.104). Entretanto, sabemos hoje que tradutoras feministas existiram anteriormente em outros locais e outros contextos históricos; e, nesse sentido, esse trabalho quase arqueológico de resgate configura-se também como parte da prática feminista de tradutologia.

² O termo “Estudos descritivos da tradução” foi cunhado, na verdade, por James HOLMES (1988), como uma categoria dos “Estudos puros da tradução”. Para Holmes, os Estudos da Tradução poderiam ser puros ou aplicados. Os Estudos puros, por sua vez, poderiam ser Teóricos ou Descritivos. Entretanto, na “década de 1980, muitos projetos se estendiam na enumeração de detalhes (...), mas pouco explicavam por que tais características ocorriam (...)” (GENTZLER, 2001 (2009), p. 175-176). Apenas em 1995, Toury apresenta “estratégias para mapear o texto-alvo para os segmentos do texto-fonte, de forma mais sistemática que eclética” (*Ibidem*).

In their introduction to the collection of essays *Translation, History and Culture*, Susan Bassnett and André Lefevere dismiss [...] the ‘painstaking comparisons between originals and translations’ which do not consider the text in its cultural environment. Instead, Bassnett and Lefevere go beyond language and focus on the interaction between translation and culture, on the way in which culture impacts and constraints translations and on ‘the larger issues of context, history and convention’. [...] Thus, the move from translation as text to translation as culture and politics is what Mary Snell-Hornby (1990), in her paper in the same collection, terms “the cultural turn”.

Surge ainda uma preocupação com as implicações ideológicas da tradução e as relações de poder envolvidas na transferência de um texto de um ambiente cultural para outro. Lefevere introduz o conceito da *manipulação* – ajustes necessários para que a obra traduzida ocupe o lugar pretendido no contexto cultural³ no qual se introduzirá –, e de *reescrita* – antologias, historiografia, edições condensada, e traduções produzidas para atender a demandas ou restrições impostas por determinadas correntes ideológicas e poetológicas.

In the past, as in the present, rewriters created images of a writer, a work, a period, a genre, sometimes even a whole literature. These images existed side by side with the realities they competed with, but the images always tended to reach more people than the corresponding realities did, and they most certainly do so now. Yet the creation of these images and the impact they made has not often been studied in the past, and is still not the object of detailed study. This is all the more strange since the power wielded by these images, and therefore by their makers, is enormous. It becomes much less strange, though, if we take a moment to reflect that rewritings are produced in the service, or under the constraints, of certain ideological and/or poetological currents, and that such currents do not deem it to their advantage to draw attention to themselves as merely “one current among others.” Rather, it is much more to their advantage to identify themselves quite simply with something less partisan, more prestigious, and altogether irreversible like “the course of history.” (LEFEVERE, 1992, p.5)

Há, portanto, uma tomada de consciência das coerções que atuam no processo de escrita e reescrita dos textos, coerções essas relacionadas ao poder e à manipulação (estilística, ideológica, etc.) engendrados pelos agentes da reescrita, ou seja, tradutores, críticos, historiadores, professores e pesquisadores, entre outros. Como afirma SIMON (1996, p.7): [a virada cultural nos permitiu] “see translations as writing practices fully informed by the tensions that traverse all cultural

³ Contexto cultural esse que, nos trabalhos de Lefevere e outros teóricos da tradução, ficou conhecido como um “polissistema” cultural (dentre outros polissistemas). Para mais detalhes ver LEFEVERE, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. London/New York: Routledge, 1992.

representation. That is, it [the cultural turn] defines [translation] as a process of mediation which *does not stand above ideology but works through it.*” (ênfase minha)

A isso somou-se uma nova forma de feminismo que se desenvolveu em meados da década de 1960, no qual o gênero passou a ser entendido como uma construção sociocultural, indo além das diferenças sexuais biológicas; e que ficou conhecido como *a segunda onda feminista*.

While the first-wave feminism of the 19th and early 20th centuries focused on women’s legal rights, such as the right to vote, the second-wave feminism of the “women’s movement” peaked in the 1960s and ’70s and touched on every area of women’s experience—including family, sexuality, and work. (BURKET, 2015)

Como é sabido, a Segunda Guerra Mundial forçou a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Com funções tipicamente masculinas sendo assumidas por mulheres, as diferenças biológicas pareciam não ser mais suficientes para explicar a enorme disparidade entre as funções e oportunidades para os dois gêneros. O conceito de “feminino” passou a ser entendido cada vez mais como uma construção social, resultante da educação e do condicionamento. Como afirma FLOTOW (1997, p.5), “[t]his process instills into girls and women the physical, psychological and sociocultural attributes that are typical of a particular time and culture and which, as a rule, differ substantially from the attributes of the men in the same period.” As diferenças entre os gêneros – socialmente determinadas – passaram a ser vistas como a origem da opressão e da submissão femininas, tanto na vida pública quanto na vida privada.

Essa teorização sobre o gênero logo passou a influenciar também as reflexões sobre linguagem e literatura, que começaram a ser entendidas não mais apenas como formas culturais ou meios de comunicação, e sim como mecanismos de manipulação. As duas correntes críticas – o feminismo e os novos modos de se pensar a tradução – compartilhavam muitas das suas preocupações centrais: o questionamento das hierarquias tradicionais e das definições canônicas de conceitos como gênero, fidelidade, universalidade, etc. “Both feminism and translation are concerned by the way ‘secondariness’ comes to be defined and canonized; both are tools for a critical understanding of difference as it is represented in language” (SIMON, 1996, p.8). Duas abordagens diferentes surgiram para essa questão, uma que via a linguagem convencional como um sintoma social, podendo ser reformada caso haja força de

vontade para tal (abordagem reformista), e uma outra que via a linguagem como a causa da opressão feminina, ou seja, o mecanismo que “ensinava” às mulheres a posição subordinada que deveriam assumir (abordagem radical).

A abordagem reformista resultou na criação de manuais e cursos de linguagem não-sexista, e levou inclusive ao *Office de la langue française* em Québec a desenvolver designações de cargos de trabalho que não fossem identificadas por gênero. Entretanto, da perspectiva radical, “all of conventional language becomes a danger to women’s confidence, self-esteem, psychological development and creativity, precisely because it is controlled and manipulated by ‘malestream institutions’” (FLOTOW, 1997, p.8). Em consequência disso, formas radicais de “correção” da linguagem patriarcal passaram a ser adotadas, dando origem às primeiras discussões sobre gênero nos estudos da tradução. Autoras feministas ignoravam dicionários tradicionais e, por vezes, criavam seus próprios dicionários. Para elas, a manutenção das estruturas gramaticais e das estruturas patriarcais eram fenômenos intimamente relacionados.

[Elas] lutam por uma neutralidade genérica da linguagem e pela feminização da mesma, empregando para isso estratégias diversas: invenção de neologismos; apropriação de palavras de outras línguas, ajustando-as ao sistema da língua alvo; alteração e/ou ampliação da gramática da língua para a qual traduzem, além de outras. (SCHAFFER, 2010, p.36)

Portanto, com o intuito de desconstruir uma linguagem patriarcal canônica, que marginalizava a experiência feminina, foi proposta a *écriture féminine*, ou seja, uma nova forma de linguagem experimental e subversiva que introduziria na linguagem a subjetividade experienciada pelas mulheres. Para isso,

(...) they forced the grammar and etymology of French in order to express a real feminine experience, *l'inédit*, a feminine utopia. Some linguistic traits would include the use of final, mute French – e; the use of neologisms and wordplay; the use of parody and an unconventional language; the use of odd syntactic structures. (SANTAEMILIA, 2011, p.56)

Algumas tradutoras canadenses da década de 1970 compartilhavam a convicção de que a linguagem patriarcal dominante havia isolado a “identidade feminina” à margem do uso público da linguagem. (SANTAEMILIA, 2011, p.55) Buscavam, portanto, por meio da escrita, desenvolver o conceito de identidade feminina e dar a ele visibilidade, ao discutir as diferenças entre os gêneros e culturas.

Essas tradutoras⁴ foram fortemente influenciadas pela segunda onda feminista que, segundo FLOTOW (1991, p.81) forneceu atributos para que se sentissem autorizadas e capazes de contestar a “Autoridade⁵”.

Gender awareness coupled with translation has brought about a revision of the normally ‘invisible’ role a translator plays. Taking their cue from the feminist writers they translate, translators have begun asserting their identity and justifying the subjective aspects of their work. (FLOTOW, 1997, p.3)

É essencial destacarmos que essa marginalização contestada por autoras como Elaine Showalter, Susan Gubar, e Elizabeth Aber encontrava paralelo na subordinação do idioma francês – língua oficial no estado de Quebec – ao idioma inglês – predominante no Canadá –, e que refletia ainda todo o processo histórico de dominação anglo-saxã de um território previamente conquistado por colonizadores franceses. Para FEDERICI & FORTUNATI (2001, p.14), o contexto em que as traduções feministas canadenses se desenvolveram era o de “(...) a social conjecture developed partly as a result of the diglossic situation in the country united to a major concern about language in Québec where the feeling of political powerlessness in the 1970s and 1980s was very strong.”

Desse modo, traduções politicamente engajadas, experimentais e intervencionistas passaram a ser produzidas. Eram traduzidas sobretudo obras experimentais de escritoras feministas de Québec, e adotava-se uma postura ideológica clara que enfatizava a relevância da visibilidade da tradutora. A subjetividade da autora e da tradutora feministas colaboravam na formação do significado.

(...) [T]ranslation becomes a political and counter-ideological act where the translator is fully aware of historical, social and political implications of gendered contexts, texts and languages and, on the other hand, that attention to the translation process emphasizes how the practice can be considered as a creative form of “re-writing.” (FREDERICI & FORTUNATI, 2011, p.13)

⁴ O movimento literário e tradutório feminista nem sempre foi representado apenas por mulheres. O tradutor canadense Howard Scott, por exemplo, é responsável por um dos mais citados exemplos de tradução feminista, como será abordado mais adiante neste capítulo. Entretanto, como a enorme maioria das representantes são mulheres, optei por utilizar neste capítulo o termo “autoras” e “tradutoras” de forma abrangente e genérica.

⁵ Flotow utiliza o termo “Autoridade”, com inicial maiúscula, para representar a autoridade patriarcal tradicional, que marginalizava na maioria das vezes o ponto de vista feminino.

A tradução é vista como uma atividade criativa que amplia as potencialidades do texto fonte; e a tradutora é entendida como um tipo de “leitora ideal” que, em seu processo interpretativo e criador, torna-se coautora do texto no novo ambiente cultural no qual ele passa a se inserir. A intervenção dava-se das mais diversas formas, de mais a menos radicais. A mais conhecida classificação das técnicas empregadas por essas tradutoras é a apresentada por FLOTOW (1991), em seu artigo *Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories*, no qual divide-as em três principais categorias: suplementação; paratextos; e sequestro.

A *suplementação* é uma técnica que, segundo ela, implica em grande interferência no texto. A justificativa para sua aplicação é que, ainda que a linguagem patriarcal afete todos os idiomas, ela os afeta de forma diversa. Desse modo, a crítica à linguagem presente em um texto feminista em francês deve ser adaptada para que o texto resultante, em inglês, contenha aspectos críticos equivalentes, válidos para o idioma para o qual foi traduzido.

Howard Scott’s essay on translating Bersianik makes this clear (Scott, 1984). He did not want to “convey to the English reader what Bersianik says about French, he says, but rather adapt her message to English, and show how the English language is sexist – *pareil mais autrement*. (FLOTOW, 1991, p.74)

O conceito de suplementação é em parte inspirado no texto de Walter BENJAMIN (1923), *A tarefa do tradutor*, que defende que as diferentes leituras de um texto o tornam mais múltiplo e mais rico. Partindo do argumento de que não há objetividade em nenhum conhecimento, e de que nem mesmo há exigência de objetividade, tradução alguma poderia aspirar ser uma leitura/transposição definitiva. Além disso, diferenças espaço-temporais geram alterações na essência do texto. Um poema vitoriano não é mais lido com a mesma pronúncia na contemporaneidade, e dificilmente sua cadeia de significados seria apreendida por um leitor no século XXI da mesma forma como o era na época de sua produção. Desse modo, caberia ao tradutor estabelecer essa ponte entre gerações, ou entre culturas; e para fazê-lo de forma “fiel”, seria essencial que tomasse certas liberdades.

[A] tradução está tão longe de ser a equação surda entre duas línguas defuntas, que lhe cabe precisamente, sob todas as formas, como o que lhe é o mais próprio, atender ao amadurecimento posterior da palavra alheia, atender às dores de parto da sua própria. (...) [T]radução é apenas um modo efêmero de nos confrontarmos

com a estranheza das línguas. (...) Nela, o original ascende por assim dizer a uma atmosfera da língua mais elevada e pura (...). (BENJAMIN, 1923, p.5-6)

Benjamin não menciona o papel político do tradutor, como mediador entre culturas. Ainda assim, a suplementação descrita por ele é precisamente o que as tradutoras feministas pretendem fazer quando utilizam a técnica em questão. Ao tentar recuperar algumas das perdas inerentes ao processo, elas suplementam e intervêm em outra parte do texto. Com o objetivo de transpor a crítica ao uso da linguagem patriarcal, suplementam o texto original, “by making its critique of language apply to English, and meaningful to an English-speaking readership.” (FLOTOW, 1991, p.75)

Um exemplo exhaustivamente citado (FLOTTOW, 1991 e 1997; SIMON, 1993; SHAFFER, 2010; SANTAEMILIA, 2011; entre outros) é a tradução feita por Howard Scott de um texto que examina o direito ao aborto – *L'Euguélionne*, de Bersinanik – no qual lê-se a seguinte frase: “*Le ou la coupable doit être punie*”. Ainda que a autora tenha colocado concomitantemente um pronome masculino e um feminino no sujeito da sentença, o termo concorda exclusivamente com o sujeito feminino – indicado pelo *e* final em *punie* –, sutilmente sugerindo que a punição virá afinal apenas para as culpadas, e não para os culpados. Entretanto, essa diferença de concordância de gênero não é um traço da língua inglesa. Como transpor a ideia descrita acima para o inglês, sem lançar mão do recurso da concordância disponível no francês? A solução encontrada por Scott foi a suplementação: “*The guilty one must be punished, whether she is a man or a woman.*” Por meio da suplementação, e por utilizar apenas o sujeito *she* na segunda oração, o tradutor consegue manter o tom crítico da frase em francês, ainda que a estivesse transpondo para um idioma com características diversas.

Como mencionado acima, esse é um dos mais célebres exemplos de suplementação nos textos que abordam a prática da tradução feminista. É certo que o exemplo trata de um caso de suplementação, definida como uma prática que “compensa as diferenças entre as línguas e constitui uma ação voluntária por parte da tradutora feminista” (DEPECHE, 2002, p.19). Entretanto, a mudança realizada é justificada para fins de equivalência com o texto fonte (ou seja, o texto em francês). O tradutor lançou mão da estratégia, mas não com o propósito de imprimir no texto sua

própria crítica, e sim para manter no texto a crítica que nele já estava presente, sem que houvesse perdas.

Um exemplo mais contundente, e igualmente célebre⁶, do uso da técnica é o da tradução da peça *La nef des sorcières* (BROSSARD, 1976: 5-6 *apud* DEPECHE, 2002, p.19), no qual uma das personagens diz “*Ce soir, j’entre dans l’histoire sans relever ma jupe*”. Fica a critério do leitor interpretar o sentido de “levantar a saia”, no trecho destacado. Entretanto, Linda Gaboriau traduz: “This evening, I am entering history without opening my legs”, forçando uma interpretação mais explícita.

Es[s]e *déplacement de langage* (deslizamento de linguagem), foi praticado desde o início dos anos 70 até hoje, mesmo pelas tradutoras “menos radicais”. Corresponde a uma vontade de reforçar a leitura feita do ponto de vista das *muetteés* (Lotbinière-Harwood, 1988:18) (as “emudecidas”) pelo grupo *dominante* e parodiá-lo, usando expressões mais chocantes. (DEPECHE, 2002, p.20)

Há nesse segundo exemplo, portanto, a intenção deliberada de alterar o tom do texto fonte com o intuito de reforçar um aspecto considerado relevante para a tradutora, do ponto de vista ideológico. FLOTOW (1991, p.70) levanta algumas questões acerca desse viés tradutório: “Is this a shocking, unacceptable over-translation, a deliberate over-interpretation of the original text? Is the translator taking outrageous liberties with a line that is relatively anodine in the French? Is she being deliberate sensationalist?” Entretanto, a autora afirma não pretender tratar dessas questões, ou seja, não abordar a validade dessa opção tradutória; e sim apenas entender o contexto em que a tradução feminista pôde florescer e ganhar visibilidade, chegando a ser não apenas aceitável como, inclusive – segundo ela – desejável.

A técnica da suplementação, de forma igual ou muito semelhante à utilizada pelas tradutoras feministas, é reconhecida como um processo legítimo de tradução, muitas vezes nomeada por teóricos de “compensação”. Entretanto, como afirma SIMON (1996, p.13), “in a cultural context like ours, where the predominant mode of translation is transparent and fluent, the foregrounding of such techniques can begin to look like textual exhibitionism”.

⁶ Exemplo publicado em um artigo de Évelyne Voldeng, citado por Barbara Godard em “Translating and Sexual Difference” in *Resources for Feminist Research*, Vol.13, Nº 3, 1984, pp13-16 e, finalmente, citado por FLOTOW, 1991, 70; de onde a referência deste estudo foi retirada. Essas citações foram reproduzidas diversas vezes em artigos sobre a tradução feminista em todo o mundo.

É questionável a afirmação de que o uso dessa técnica configura uma intervenção no texto. Alterar o texto de partida (tradicionalmente chamado de “original”) para que seu sentido se mantenha da forma mais próxima possível no idioma (e, claro, na cultura) de chegada (ou seja, na tradução) consiste basicamente na própria essência do ofício do tradutor. O emprego da capacidade criativa na busca de uma equivalência abrangente – como ocorre no primeiro exemplo – talvez seja precisamente o que diferencie um trabalho mediano de um trabalho excelente de tradução. Por outro lado, quando a tradutora pretende imprimir no texto nuances que nem mesmo ela identifica no texto de partida ou pretende intensificar/abrandar um aspecto que considera inaceitável/inadequado – tal qual observamos no segundo exemplo –, pode-se considerar que há uma intervenção de viés ideológico, cuja validade nem sempre é amplamente aceita.

Outra técnica utilizada pelas tradutoras feministas é o uso de *paratextos* (prefácios e notas de rodapé) utilizados com o objetivo de orientar a interpretação do leitor, ou seja, com fins didáticos. “As Godard has put it, the feminist translator seeks to flaunt her signature in italics, in footnotes, and in prefaces, deliberately womanhandling the text and actively participating in the creation of meaning” (GODARD, 1988, p.50 *apud* FLOTOW, 1991, p.76). As estranhezas do texto de partida são mantidas, e o que fica perdido na tradução é abordado nos paratextos.

A utilização dessa técnica como um canal de manifestação da voz marginalizada das mulheres é antiga. Durante a Renascença inglesa, quando a participação das mulheres no mundo das letras era cerceada, a tais mulheres impedidas de desempenhar função pública restava o trabalho de traduzir textos religiosos. Por meio desse limitado canal, as mulheres podiam manifestar significativamente sua “autoridade” o que, de outro modo, seria inviável. Para SIMON (1988, p.43), “[t]his identification of women with the role of translator at this time carries a progressive charge, as it challenges the confinement of women to the purely private sphere, and gains them admission into the world of letters.” Ainda que a participação das mulheres no mundo das letras fosse limitada, uma vez que podiam apenas exercer papéis “apropriados” para elas – quase sempre como tradutoras – isso ainda assim surgia como uma brecha através da qual a voz das mulheres podia se manifestar. O real impacto dessa forma de influência dificilmente poderia ser avaliado, mas é certo que tal participação abriu um espaço no qual “dominant norms could be challenged and resisted” (SIMON, 1988, p.44).

Por meio do uso de paratextos, a tradutora reserva a manifestação da sua visibilidade a espaços marginais ao texto de partida, mantendo uma pretensão de “fidelidade”. O emprego dessa técnica permite que aspectos do texto que seriam incompreensíveis para o leitor sem algum tipo de mediação da tradutora (para além da transposição de palavras de um idioma a outro) sejam mantidos o mais próximo possível do original, preservando a estranheza do texto e permitindo que o leitor se familiarize com aspectos culturais que não seriam tão visíveis caso a técnica da suplementação houvesse sido empregada. Com o uso de paratextos, a tradutora feminista auxilia a leitora a obter uma compreensão mais profunda do texto-fonte; atribuindo uma dimensão didática à sua tradução, com um mínimo de intervenção no “original”. Ou, nas palavras de FLOTOW (1991, p.76), “[s]he is more than a conventional translator; she is the author’s accomplice who maintains the strangeness of the source text, and seeks at the same time to communicate its multiple meanings otherwise ‘lost in translation’.”

Essa técnica é um modo de expor a subjetividade da tradutora sem para isso apagar marcas do texto original que podem vir a ter se tornado inaceitáveis para o contexto sociocultural contemporâneo à tradução. O emprego dessa técnica permite que o texto traduzido não impeça o leitor de acessar aspectos do passado que poderiam vir a ser filtrados caso outra técnica de tradução fosse utilizada, ao mesmo tempo em que torna o texto aceitável. É uma técnica extremamente útil para textos que lidam com temas sensíveis, tais como o racismo, o machismo, o colonialismo, a escravidão, o fascismo, entre outros. O consenso acerca do que é aceitável socialmente muda radicalmente ao longo das décadas (e dos séculos). Entretanto, o valor histórico de certos textos gera uma demanda por sua republicação. Como traduzir textos que vieram a se tornar inaceitáveis? Essa é uma questão muito discutida na teoria da tradução, e é comum que uma solução para esse dilema seja o uso de paratextos.

Recentemente, no Brasil, acompanhamos a polêmica acerca da publicação de *Mein Kampf* (HITLER, A., 1925). De acordo com reportagens publicadas pela **Folha de São Paulo**⁷, em fevereiro de 2016, com a entrada em domínio público da obra, em 1 de janeiro de 2016, as editoras Centauro e Geração Editorial prepararam-se para publicá-la no Brasil. Escritores e acadêmicos se opuseram à publicação com a

⁷ MEIRELES, 2016; LÍSIAS, 2016.

justificativa de que ela incitaria o ódio e que, por isso, seria ilegal⁸. Para isso, organizaram uma manifestação virtual repudiando o interesse pela obra. No início de fevereiro de 2016, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro acatou o pedido feito pelo Ministério Público do Estado, levando à proibição não apenas da venda da obra, como também de sua exposição e divulgação em todo o território nacional. Hoje, os livros podem ser facilmente comprados pela internet, o que não diminui a relevância do debate sobre os limites da liberdade de expressão, não apenas jurídicos, como também éticos.

O recurso utilizado pelos editores portugueses para tornar aceitável a comercialização da obra foi a inclusão de um prefácio com quase 100 páginas, intitulado “Ascensão, Poder e Crime”; além de um posfácio chamado “Hitler perdeu”, este com 10 páginas; ambos escritos pelo historiador Manuel S. Fonseca. Neles, FONSECA (2016, p.13-105 e 473-483) elabora uma análise crítica aprofundada do período nazista, tendo chegado a incluir um capítulo sobre o comportamento misógino do ditador nazista. Esse é apenas um dos muitos exemplos de como paratextos podem ser utilizados para atribuir uma dimensão didática a textos que, do ponto de vista dos editores, dos tradutores, ou do próprio público leitor, poderiam ser “mal-interpretados” caso fossem disponibilizados sem a devida contextualização. É certo que não se trata de um paratexto elaborado por um tradutor. Porém, ainda assim, ele atenua os conflitos ideológicos relativos à publicação da obra.

No contexto da tradução feminista canadense, os prefácios muitas vezes eram utilizados sobretudo para esclarecer o viés ideológico do texto e/ou da tradução.

In *Lovhers*, Barbara Godard’s translation of Nicole Brossard’s novel *Amantes* (1980), both source text and translation are amply contextualized and interpreted. The same happens in Marlene Wildeman’s translation of Brossard’s *La lettre aérienne* (1985), where the translator provides intertextual references (Barthes, Gertrude Stein, Irigaray) and explains connotations and neologisms used in the source text. (SANTAEMILIA, 2011, p.70).

A maior parte das tradutoras feministas utilizava amplamente o espaço paratextual. Barbara Godard utiliza o prefácio para destacar a forma como seu entendimento do projeto criativo favorece seu trabalho tradutório. Lançando mão dessa técnica, a tradutora busca esclarecer as intenções do texto original, e apresentar

⁸ Isso é curioso, sobretudo, pelo fato do próprio Hitler ter tentado proibir a edição francesa da obra, em 1934, temendo que sua divulgação terminasse por voltar-se contra a doutrina que buscava implementar. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2015)

as estratégias que utilizou. Ao chamar atenção para sua identidade feminista, esse grupo de tradutoras podia discorrer sobre suas dificuldades ou afinidades relacionadas àquele projeto tradutório específico. “Prefaces and footnotes draw attention to the translation process, at the same time as they flesh out the portrait of the intended reader.” (SIMON, 1996, p.7) A forma como essa técnica é empregada no projeto de tradução feminista resulta em uma relação altamente transparente com o leitor. A exposição das intenções didáticas firma um contrato com o receptor que, ao optar por ler a obra traduzida, escolhe participar daquele projeto de cocriação estética e simbólica. Vejamos como exemplo um trecho do prefácio escrito por Susanne Lotbinière-Harwood em 1981 para o livro *Neons in the Night* (Véhicule, 1981), uma coleção de poemas de Lucien Francoeur:

LSD explodes brains, nationalism explodes language. “in french/you get intellectual as soon as you open your mouth. rock is slang but **la langue de gaulle** won’t roll. to break the ball’n’chains you take your language, the one your ancestors died for plant it in north american soil, feed it booze & the blues **et voilà! joul**—our slang is born. LET’S ROCK! “i don’t force myself to sing **joul**. I sing like people talk.” language as a shock tactics. his rock band’s name: AUT’CHOSE/somethin’ else. (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1995 (1981), p.56)

O trecho nos mostra o caráter criativo e militante da proposta tradutória, que pretende utilizar a linguagem não como um meio de comunicar-se, nem tão somente como uma expressão artística. A linguagem deve chocar, revolucionar. Fica evidente, portanto, o caráter criativo e ideológico do processo tradutório.

A terceira e última técnica descrita por FLOTOW (1991, p.78) é o *sequestro* (ou *hijacking*). Flotow utiliza o termo de forma irônica, em referência a um artigo escrito pelo jornalista David Homel, em 1990, que criticava duramente a tradução interventora de Lotbinière-Harwood de *Lettres d’une autre*, um romance escrito pela canadense Lise Gauvin.

The translator [...] is so intrusive at times that she all but hijacks the author's work. In the introduction she tells us she intends to make her presence felt [...] to this end she frequently breaks into Gauvin's work explaining what Gauvin really meant and sometimes offering the French equivalent for the English on the page. (HOMEL, 1990, *apud* FLOTOW, 1991, p.78)

Para Homel, a tradução havia sido ideologicamente “corrigida” por suas diversas notas de rodapé e por sua abordagem didática, em um desrespeito à intenção da autora. Teria assim se tornado um tipo de livro didático sobre a cultura quebequense contemporânea. Lotbinière-Harwood respondeu às críticas com dois argumentos. Em primeiro lugar, a tradução havia sido produzida para um público norte-americano e que, portanto, isso legitimaria algumas notas de rodapé esclarecendo o significado de termos como *tourtière* (uma torta de carne franco-canadense típica, normalmente consumida em datas comemorativas, como o Natal e o réveillon). A tradutora justificou-se ainda afirmando que havia trabalhado em constante colaboração com a autora. Para FLOTOW (1991, p.79), esse trabalho colaborativo autorizaria a tradutora a “corrigir” o texto.

O argumento de que mudanças na tradução de uma obra se legitimariam com autorização do autor é compreensível, uma vez que o autor é amplamente visto como o “dono” de suas produções e, portanto, teria sempre a última palavra acerca de sua forma final. Cabe, entretanto, questionar se mudanças não explicitadas – o que, é certo, não é o caso do exemplo citado – seriam totalmente honestas com o leitor. Para além dos direitos do autor, as obras possuem um valor social. De certo modo, uma obra é um bem não só do autor, como de toda a sociedade.

Lotbinière-Harwood é, por sua vez, clara em relação ao seu projeto político e ao caráter criativo e intervencionista de sua tradução: “My translation practice is a political activity aimed at making language speak for women. So my signature on a translation means: this translation has used every possible translation strategy to make the feminine visible in language.” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1990, p.9 *apud* FLOTOW, 1991, p.79). Em “Translating through the body”, um comentário sobre sua tradução do livro *Mauve Desert*, de Nicole Brossard, apresentado como um artigo na 4ª Feira do Livro Feminista Internacional, em Barcelona (1990), Lotbinière-Harwood defende sua forma altamente politizada de traduzir com base nas especificidades do contexto canadense, que vivenciava uma época de contestação política e linguística:

Before I go any further, I want to specify my subject position. French is my mother tongue. Subverting traditional translation ideology, I translate into my other tongue because, as a lover of Québec women’s writing, I am committed to making it known to the widest audience possible. Given the political conflict historically opposing Francophone Québec to nine other Anglophone Canadian provinces, mine is a heretical position. And a perilous one, for I am constantly crossing the borders of political correctness, perhaps giving credence to the

notion of the translator as traitor! (LOTBINIÈRE-HARWOOD 1995 (1990) p.59)

Vemos, portanto, que esse “sequestro” é feito de forma consciente, transparente e autocrítica por tradutoras dessa geração, e que somente uma análise descontextualizada poderia pretender invalidar essa nova ética que surgia na relação entre o tradutor e o texto fonte. E é por isso que Flotow utiliza com ironia o termo cunhado por Homel: não havia um sequestro, e sim um trabalho colaborativo, criativo, que tomava como texto-fonte obras de vanguarda, e que produzia novas obras de vanguarda em uma segunda língua. Esse “sequestro” era esperado e festejado pelo público ao qual tais traduções se destinavam. A prova da validação social desse tipo de prática veio com o prêmio de literatura franco-canadense concedido pela Universidade de Columbia, em 1991, a Lotbinière-Harwood por sua tradução do romance de Lise Gauvin. Isso demonstra que, naquele contexto, a tradução criativa era vista como uma obra autônoma, e o tradutor era visto como um criador: “In this case, the translator's collusion with the author is, I think, of secondary importance. Here the translator is writing in her own right.” (FLOTOW, 1991, p.80).

Como visto, as práticas de tradução feminista floresceram em um contexto extremamente politizado, de modo intimamente vinculado a um movimento de resistência que ocorria simultaneamente em diversas escalas. A disseminação desse movimento para o resto do mundo fez surgir diversos questionamentos acerca da validade do uso de tais recursos em contextos diversos. Para a pesquisadora Nuria Alvira (2010, p.283), da Universidade de Salamanca, essa discussão é fortemente impactada pela globalização. Para ela, em certos casos, a exclusão das mulheres em algumas culturas pode ser mais adequadamente evidenciada “by translating the original texts from those cultures without making women visible, *i.e.* not *womanhandling* the text” (ALVIRA, 2010, p.283). Ao entrevistar Luise Von Flotow, Nuria questiona se é chegado o momento de rever tais estratégias de tradução. Flotow reconhece que a tática “não intervencionista” pode ser eficaz, mas reafirma sua posição acerca da relevância de explicitar a opressão feminina da forma mais escandalosa possível, e de discutir abertamente o processo de tradução – e não apenas traduzir. Ainda assim, reconhece:

“Womanhandling” texts is only possible at certain times anyway. In Canada, it was a short period, and people quickly lost interest and moved on to other topics (du jour.) So, yes, feminist strategies and tactics have to be constantly reconsidered and adjusted. (FLOTOW *apud* ALVIRA, 2010, p.287)

Como vimos, o movimento de tradução feminista canadense desenvolveu-se em um contexto bastante específico. Entretanto, muitos outros países foram influenciados por ele de diferentes formas. No próximo subcapítulo serão apresentados alguns exemplos de assimilação dessas novas ideias em diversas culturas.

3.2 Reflexos da tradução feminista canadense

Neste subcapítulo, apresentarei alguns exemplos que ilustram a forma como o movimento de tradução feminista canadense influenciou a prática e a teoria da tradução em outros países. Esta análise não se pretende de modo algum exaustiva, busca apenas ser uma amostra de alguns casos pesquisados sobre a questão. Para tal, lançarei mão de elaborações teóricas e estudos de caso específicos realizados em países como a Turquia, a Espanha, o Japão, a Índia e o Brasil.

Na fase inicial da pesquisa foram encontrados textos que, analisados superficialmente, pareciam indicar exemplos de uma assimilação extremada e/ou descontextualizada das ideias canadenses. Entretanto, uma leitura mais demorada do material demonstrou que eles referiam-se à tradução no sentido amplo, ou seja, como prática de transposição de conhecimento entre diferentes culturas. Ocasionalmente, era defendida uma prática intervencionista radical nesse processo tradutório, inclusive com referência a práticas tradutórias em sentido estrito. Foi verificado, contudo, que o escopo desses textos não era convergente com o tema dessa dissertação – que trata da tradução em sentido estrito, ou seja, da transposição de textos de um idioma para outro. Desse modo, esse material⁹ foi retirado da bibliografia de referência.

Na fase inicial da pesquisa, verificaram-se também alguns casos, sobretudo na Espanha, que pareciam advogar o uso das práticas de tradução feminista sem levar em conta as especificidades culturais de cada contexto, ou as peculiaridades de cada texto-fonte, de cada cliente, de cada público. Isso será analisado mais demoradamente no decorrer deste subcapítulo.

Casos conflituosos de assimilação foram sim encontrados. Porém, na maioria dos estudos analisados no âmbito desta pesquisa, vemos uma enorme capacidade das tradutoras de transpor as ideias feministas norte-americanas para seus contextos socioculturais específicos. Vemos uma engenhosidade ímpar na adaptação dos conceitos e, sobretudo, percebem-se consequências um tanto inesperadas do movimento inicial, que vão muito além da assimilação ou da não assimilação, ou da adaptação ou não adaptação. Pretendo, portanto, propor ao longo deste subcapítulo que a capacidade de recontextualização das ideias eurocêntricas em outros países nem sempre se dá de forma automática e superficial, ou seja, há em muitos casos uma alta

⁹ Como exemplo, posso citar textos publicados na **Revista Estudos Feministas**, que elencam o termo “tradução” como palavra-chave; tais como: SCHMIDT, 2008; COSTA, 2003.

capacidade de agentividade na assimilação. Porém, em outros, essa assimilação não se dá de forma tão harmônica, gerando alguns conflitos, por exemplo, entre autores, tradutores e editores.

Começarei apresentando brevemente o caso estudado pela pesquisadora da University of North Carolina, Emek ERGÜN (2017). O estudo da autora é, em grande parte, baseado em um documentário que conta a história do movimento feminista turco e que veio a se tornar a narrativa canônica sobre o tema no país. O filme de 2008, chamado *İsyan-ı Nisvan* (Rebelião das Mulheres), conta a história do Círculo da Mulher (*Kadın Çevresi*). Criado em 1983, o Círculo foi o primeiro movimento feminista a florescer após a queda do império otomano (1923) e, como ponto de partida, sustentou-se na assimilação de textos feministas estrangeiros.

It played a central role in the post-1980s feminist movement by translating feminist classics into Turkish and facilitating the growth of a local epistemological and theoretical repertoire of feminism. (...) The Women's Circle in fact contributed greatly to the construction of a Turkish feminist discourse that would enable women to articulate their experiences from a gender-political perspective. (ERGÜN, 2017, Loc.1145/1153)

Entretanto, nessa narrativa da ascensão do movimento feminista, a tradução é apresentada não como uma influência seminal e benéfica, e sim como um “mal necessário”, uma mácula na originalidade da “autêntica” identidade feminista local. “The blurb of the film even portrays translation as some sort of distraction from feminist politics, almost as if it is antithetical to the formation of the local feminist movement” (*Ibidem*, loc.1226). As próprias integrantes do grupo afirmam ter, em certo momento, optado por encerrar o trabalho de tradução, “because soon their goal becomes to *create* a ‘feminist movement’” (*Ibidem*, loc.1230, ênfase minha), indicando que seria necessário um descolamento das ideias feministas estrangeiras para que algo realmente próprio fosse criado. O reconhecimento da relevância da tradução era visto, portanto, como uma ameaça à identidade do movimento.

Considero interessante esse exemplo pela ironia de um movimento fruto do desconstrutivismo lançar mão desse arcabouço teórico para justificar algo tão contrário à proposta inicial. O discurso do Círculo da Mulher parece deslegitimar a tradução como produção, definindo-a como cópia. “It, in fact, perpetuates the notion that translation is exclusively of and about the other and has nothing to say to or about the self.” (*Ibidem*, loc.1305). Ao passo que o discurso feminista canadense, que

influenciou de forma marcante o movimento na Turquia, pretendia romper as barreiras entre original e cópia, entre autor e tradutor, etc., o discurso do grupo em questão acabava por propor justamente o contrário.

Interestingly, the translators of the Women’s Circle not only participate in this problematic rhetoric but also encourage it through their own statements. In doing so, they engage in a form of self-inflicted invisibility and injury that is by implication extended to other feminist translators who are similarly annihilated in the process of this history writing. (*Ibidem*, loc.1297)

Vemos, portanto, um exemplo em que um movimento de tradução feminista assimilou conceitos e ideias do grupo canadense mas, contraditoriamente, acabou por negar muitos dos pontos principais do movimento que o inspirou. As tradutoras turcas, ao combaterem a posição social subordinada das mulheres, não estabeleceram um paralelo com a condição subordinada da tradução/cópia, em comparação com o “original”; ou tampouco buscaram repensar a hierarquia tradutor/autor. É interessante notarmos a assimilação seletiva dos conceitos, e a visão puramente instrumental do ofício tradutório.

Um cuidadoso estudo focado na assimilação das teorias de tradução feministas na Turquia¹⁰ foi feito pela Prof. Dr. Sinem Bozkurt. Em *Touched Translations in Turkey: A Feminist Translation Approach* (2014), ela analisa dois exemplos de tradução feminista publicados no país: a tradução do *SCUM Manifesto*, de Valerie Solanas, por Ayşe Düzkan; e de *Virgin: The Untouched History*¹¹, de Hanne Blank; por Emek Ergün¹². As estratégias adotadas por essas tradutoras apresentam diversos paralelos com as apresentadas por Flotow.

Para a Bozkurt, os textos selecionados são exemplos de uma inovação no movimento feminista turco, já que “[...] in the 1980s and 1990s, there were very few examples of ‘anti-traditional, aggressive’ (Flotow, 1991: 70), and creative translation practices. In addition, very few critics and translators translating mainstream texts in Turkey were sensitive to feminist issues” (BOZKURT, 2014, p.112). Ou seja, assim como Ergün, em seu artigo analisado acima, Bozkurt chama atenção para a baixa

¹⁰ Além da análise apresentada, a autora afirma ainda que outras práticas de tradução feminista na Turquia, em consonância com o movimento canadense, eram: tradução de textos por mulheres em uma época em que a participação das mulheres no mundo das letras não era aceita, tradução de autoras turcas para o inglês, e tradução de textos feministas estrangeiros para o turco (como já mencionado).

¹¹ É válido ressaltar que os dois textos-fonte são exemplos de literatura feminista, o que os torna ainda mais alinhados à prática canadense.

¹² Autora do texto apresentado acima.

consciência da tradução como instrumento político das tradutoras turcas no passado recente, inclusive para aquelas que trabalhavam com textos feministas. Portanto, a seleção dos textos deveu-se ao fato deles terem “moved beyond questions of the sex of the author and translator in Turkey and *help deconstruct the patriarchal language by manipulating the conventional translation methods and using feminist translation strategies*” (*Ibidem*, 2014, p.112, ênfase minha).

Ayşe Düzkan, tradutora do *SCUM Manifesto*, é conhecida localmente por seu ativismo feminista, e se faz visível no texto por meio de escolhas lexicais e por seu discurso paratextual. Além disso, propõe inovações semelhantes às de suas predecessoras canadenses:

Düzkan has chosen to use lowercase letters, which is important to underline her position, as a feminist translator. According to certain critics, decapitalizing letters help deconstruct the patriarchal order supported by language (...), since some letters are unfairly capitalized at the expense of other letters in the conventional language, and this practice privileges these letters, and contribute to the hierarchal and oppressive nature of written language. (*Ibidem*, 2014, p.117)

Ergün, por sua vez, fez-se visível não só pela escolha do livro a ser traduzido, como também pela escolha da editora que o publicaria. Pôde, desse modo, assegurar uma margem confortável de liberdade para emprego de estratégias de tradução feminista. Ao contrário do que costuma ser feito na Turquia, Ergün não recorre a eufemismos para traduzir palavras como *screwing*, *pussy*, *penis*, *dick*, *shitting* e *asshole*. Além disso, também propõe inovações lexicais:

Ergün justifies her choice for the translation of “hymen” as “hymen”. She thinks that “hymen” is a more neutral word, when compared to “kızlık zarı”, which means the girlhood membrane. The term “kızlık zarı” is sexist in that it underlines the difference between girlhood and womanhood in patriarchal terms. It is implied with this term that one can become a woman only through a heterosexual intercourse. (*Ibidem*, 2014, p.119)

Ainda que grande parte do movimento feminista turco ainda não tenha consciência da relevância da tradução e das ideias estrangeiras para a formação do movimento local, há hoje tradutoras que assumem sem temor a influência ocidental em seu ativismo e assimilam diretamente as estratégias quebequenses.

A seguir, abordarei alguns exemplos de traduções feministas produzidas na Espanha, que é hoje um terreno fértil para discussão e aplicação dessa prática. Em “A

Gendered Voice in Translation: Translating Like a Feminist” (2008), Eva Boràs parte de sua própria experiência com tradução de textos feministas para discutir, entre outras coisas, as possíveis vantagens e desvantagens da (in)visibilidade do tradutor em textos ativistas.

Após introduzir a discussão com base nos preceitos teóricos de Venuti e Hermans, Boràs questiona a forma *como* a tradutora feminista deve se fazer visível. Para ela, a tradução feminista é um tipo de tradução como qualquer outro, e o uso de paratextos que explicitem a intenção do tradutor em relação ao texto leva a entender que traduções feministas seriam “anormais”. E, portanto, questiona: “Can we not, as empowered agents, paradoxically opt for invisibility? the¹³ absence of explicit translation notes and preface may be a visible move, meaning that one’s task does not need special justification, like other activities as a translator or as academic” (BORÀS, 2008, p.6).

Para a autora, a favor da visibilidade contaria o argumento da valorização acadêmica do tradutor, ou seja, ela afirma que “a translator’s preface and translator’s notes may change one’s authorial category – and agency – from ‘translator’ to ‘editor’. Paradoxically, to become a visible translator, one has to become something else.” (*Ibidem*, 2008, p.7). É defendida, portanto, uma visibilidade como forma de valorização acadêmica e profissional, e não como uma ferramenta que favorece a transparência das técnicas empregadas ou do posicionamento político do tradutor. Vale questionar se a defesa da transparência da tradução ideologicamente intervencionista – justificada por ser ela “uma tradução como qualquer outra” – não levaria a problemas de ordem ética, ou seja, não tornaria opaco aos olhos do leitor o processo engendrado pelo tradutor ativista.

Em contraste com a proposta de Boràs – de acordo com a qual tradutoras feministas não precisariam ser visíveis por ser a tradução feminista uma tradução como qualquer outra –, María Sierra SERRANO (2007) apresenta um caso em que a falta de visibilidade da tradutora atrapalhou a recepção de um texto feminista canadense na Espanha. Em “Nicole Brossard traduite en Espagne: re-belle et infidèle?” (2007), Serrano demonstra como uma tradução descontextualizada de um texto feminista pode levar a problemas incontornáveis em sua absorção pela cultura-alvo, ou seja, para a cultura onde o texto traduzido é inserido.

¹³ Letra minúscula reproduzida conforme o texto da autora.

Como apresentado no subcapítulo anterior, Brossard é uma autora feminista de vanguarda, cuja obra dificilmente poderia ser compreendida sem ajuda de paratextos e/ou de uma tradução intervencionista em uma cultura que não estivesse familiarizada com o feminismo quebequense. Entretanto, para a tradução de *Baroque d'aube* (1995) foi contratada uma tradutora não engajada e não familiarizada com as práticas feministas, e nenhum paratexto foi utilizado com o propósito de situar a obra:

Non seulement la traduction espagnole n'inclut pas de notes pour aider à comprendre ces termes, mais elle n'inclut *aucun* discours d'accompagnement. (...) Étant donné que Nicole Brossard n'est guère connue dans le milieu espagnol, il aurait été très utile d'inclure un discours d'accompagnement visible, comme une préface ou une postface, visant à présenter Nicole Brossard et son œuvre à la communauté réceptrice et, si possible, à expliquer les stratégies traductives adoptées pour la traduction de BA en espagnol. (SERRANO, 1995, p.119)

Além disso, o universo de expectativas do público espanhol da década de 1990 era extremamente diverso do canadense. Tanto a temática da lesbiandade quanto as experimentações estéticas não encontraram um ambiente de aceitação na Espanha, e a recepção da obra foi extremamente mal sucedida, apesar do seu grande sucesso no Canadá. Pela falta de familiaridade do público espanhol com o movimento quebequense e pela ausência de intermediação da tradutora, a proposta de inovação e de militância feminista de Brossard permaneceu invisível aos olhos espanhóis.

Ainda que o problema da divergência no universo de expectativa nos dois países dificilmente pudesse ter sido contornado pela tradutora ou pela editora – tendo sido necessários muitos anos até que a academia e o público espanhóis começassem a se sensibilizar para as questões da tradução feminista e da temática lésbica –, a recepção da obra provavelmente teria se beneficiado de algum nível de intermediação cultural. A tradutora e professora Nuria Alvira também chama atenção para a inserção descontextualizada de textos feministas canadenses na Espanha:

A long way has been walked since their first steps, which, as I have stated in occasions (Brufau Alvira 2009b, 2010b), despite their service in introducing feminist translation into Translation Studies here, focused on such isolated studies that they might have unwillingly contributed to offering a de-contextualized version of the original theories, as if these Canadian proposals were always and in all cases applicable, culturally un-translated. (ALVIRA, 2011, p.2)

Outro caso interessante que ocorreu na Espanha foi o da tradução não publicada para catalão do livro *The Curious Case of the Dog in the Night-Time* (2003), do escritor britânico Mark Haddon, feita pela tradutora feminista María Reimóndez. A obra de Haddon ganhou os prêmios Melhor Romance e Livro do Ano, do *Whitbread Book Awards*, dentre outros; e foi traduzido para mais de 40 línguas.

María Reimóndez foi contratada para o trabalho pela editora Edicións Xerais. Posteriormente, os direitos de tradução foram vendidos para a Rinoceronte Editora. Ficou acordado que, caso a nova editora não aceitasse o manuscrito traduzido, o trabalho seria pago pela Edicións Xerais e não seria publicado. Após uma avaliação do material por Moisés R. Barcia, da Rinoceronte, ficou acordado que o texto seria publicado com algumas alterações, contanto que não fosse mudado nada que Reimóndez considerasse essencial do ponto de vista de sua interpretação. O contrato foi assinado. Entretanto, nas palavras de REIMÓNDEZ (2009, p.76-77):

When I received the first corrections I was stunned by the level of irrelevant intervention and change introduced into the text: changes involving, for instance, the substitution of certain words with their absolute synonyms in Galician, such as ‘colexio’ and ‘escola’, both meaning ‘school’. I decided not to comment on any of these; however, I did comment on some amendments that concerned my use of feminist translation strategies. In some cases my text had been masculinized.

A tradutora não aceitou publicar o texto alterado com seu nome e, após muito desentendimento, ele acabou sendo publicado como uma tradução de Barcia, sem que a tradutora fosse notificada sobre o fato. Isso levou a discussões públicas entre a tradutora e o editor, com acusações mútuas de manipulação ideológica do texto. O caso foi, inclusive, levado a julgamento.

Graças a um estudo de caso detalhado feito pelas pesquisadoras Vanessa Leonardi e Annarita Taronna (2011), podemos ter acesso a uma análise do episódio elaborada por partes não envolvidas diretamente na polêmica. Em uma apreciação comparada, as pesquisadoras puderam verificar que as duas versões refletem ideologias de gênero.

Um dos termos alterados na versão corrigida era: “Then Mrs. Shears came over [...] she was wearing sandals and jeans and a T-shirt which had the words WINDSURF and CORFU and a picture of a **windsurfer** on it.” (HADDON, 2003, *apud* LEONARDI & TARONNA, 2011, p.387). Reimóndez havia optado por traduzir “windsurfer” no feminino, opção justificada em parte por ser uma mulher que vestia a

blusa. O termo foi alterado para o masculino para a versão publicada, sob a justificativa de que a tradução no feminino seria uma interferência ideológica no texto. O mesmo ocorreu com o termo “dentist”, que foi modificado para o masculino ainda que o contexto não desse nenhuma indicação sobre o sexo do(a) profissional.

Uma das modificações mais curiosas de Barcia foi a do seguinte trecho: “And the man who had shoes that did not match stood in front of me and said, ‘Big cheese. Oh yes. The Nurses. Never. **Bloody liar**’.” (HADDON, 2003, *apud* LEONARDI & TARONNA, 2011, p.389). Ainda que o contexto não fornecesse nenhuma indicação sobre a quem “bloody liar” se referia, Barcia resolveu alterar o termo para o feminino já que “supuxemos que se referia á súa esposa” (BARCIA, 2018, *apud* REIMÓNDEZ, 2009, p.78). Reimóndez, por outro lado, opta por utilizar o feminino para referir-se ao rato Toby, para o qual pronomes masculinos são utilizados no texto em inglês.

Após análise detalhada, LEONARDI & TARONNA (2011, p.400) concluem: “What these two translators did, indeed, was to adopt exactly the same strategy of blaming the other sex for something negative occurring in the text. This was achieved by manipulating the grammatical gender in the Galician translated text”.

Vemos, portanto, que um viés ideológico estava presente nas duas interpretações do texto. Entretanto, ao passo que Reimóndez estava consciente de sua “manipulação”, Barcia aplicava sua visão de mundo sem distanciamento, com a crença de que aquela seria a interpretação natural e adequada. Pode-se questionar a validade de aplicar uma linguagem “não-machista” sem a devida apresentação ou contextualização. Como afirma ALVIRA (2011, p.8):

[W]hat does re-writing in a non sexist and non androcentric way mean for readers that are neither knowledgeable nor aligned with certain linguistic trends which they might not even understand or just directly despise? (...) [D]epending on the client, it might be advisable to consider the consequences of using inclusive language.

Alvira argumenta que o uso da “linguagem inclusiva” pode ter consequências negativas não só para a vida profissional do tradutor, como também para o próprio “projeto feminista”. Por isso, deve-se julgar caso a caso as vantagens e desvantagens das escolhas lexicais.

As I see it, today, in Spain, a systematic implementation of non-sexist writing in any of our official languages does not guarantee the success of our feminist

project. And which is worse, it might even undermine it in certain circumstances due to the strength of stereotypes. ALVIRA (2011, p.9):

Marilyn Booth foi outra tradutora que vivenciou conflitos com sua editora devido a uma compreensão de como a transposição de um idioma ao outro deveria ser feita. “Banat al-Riyadh” (2007), de Rajaa Alsanea, descreve a vida de quatro meninas adolescentes sauditas, e aborda temas como a repressão feminina, relação com meninos, e a forma como a tecnologia interfere em suas vidas, conferindo um grau maior de liberdade. O livro foi inicialmente proibido na Arábia Saudita, mas circulou amplamente no mercado negro. Booth descreve o caso em seu artigo “Three’s a Crowd –The Translator-Author-Publisher and the Engineering of *Girls of Riyadh* for an Anglophone Readership” (2017).

A linguagem do texto original era divertida e criativa, transmitindo diversas sutilezas culturais da juventude saudita. Entretanto, segundo Booth:

Put simply, this version [a versão final em inglês] favors the “high readability” of chick lit over the punning satire, local embeddedness, and intertextual play important to the power and novelty of this novel in Arabic. (...) The daring playfulness of the narrator’s voice, which I accented¹⁴, sometimes compensating in one place for a necessary reduction of that tone in another, fades in the published version to a more circumspect voice, particularly concerning gendered behaviour. (BOOTH, 2017, loc.2734)

Tanto a editora quando a autora optaram por um texto em um inglês padrão, que favorecesse a “leitura fácil”, sem inovações lexicais e estilísticas. A tradutora não foi consultada nem tampouco avisada sobre as múltiplas alterações. Ironicamente, a intenção da editora de disponibilizar para o público anglófono um material que representasse a periferia acabou por tornar-se um projeto superficial e repleto de clichês sobre a cultura saudita. Isso talvez explique, ao menos em parte, o retumbante fracasso nas vendas do livro. Booth, ao mesmo tempo em que rejeita o conceito de que haveria uma tradução mais “correta”, afirma que seu material “remains closer to the original Arabic in reproducing (not omitting) lexis, modes of address, and genres of cultural repartee” (*Ibidem*, loc.2943).

Ao contrário do caso analisado anteriormente, não temos relatos de terceiros sobre a controvérsia, ou tampouco um estudo comparado das versões. Os escassos

¹⁴ É válido destacar que a própria tradutora admite ter acentuado o estilo do texto. Uma análise mais detalhada do material seria necessária para avaliar em que medida Booth interveio no texto-fonte, possibilitando assim apreciar a validade do desconforto da autora com a versão em inglês.

enxertos apresentados por Booth confirmam seu argumento. Caso isso se verifique, resta-nos lamentar pela representação pasteurizada e estereotipada da vida das mulheres em culturas tão pouco conhecidas – e ainda menos compreendidas – pelos ocidentais.

Segundo a tradutora e pesquisadora Arianne Des ROCHERS (2017), a mesma pasteurização ocorreu nas traduções da cubana Lucía Portela para o inglês e para o francês, nas quais diversas estratégias de escrita e aspectos únicos da obra – que a tornaria não-familiar para o público francófono e anglófono – foram apagados para que atendesse às convenções culturais dos leitores. ROCHERS (2017, loc.3361/3374) posiciona-se contra essa homogeneização, e afirma:

The translation of feminist texts could doubtless benefit from contemporary theory, notably the development of a transnational feminism that recognizes diversity and difference, as well as a feminist ethics of translation. Transnational feminism is what provides a basis for ethical intercultural dialogue, recognizing that, in difference, we can truly welcome the Other as Other. (...) When a foreign text is fitted into a new mould, it ends up losing its original shape and its authenticity. For a more ethical dialogue with the Other, one that upholds a distinct voice and resistance to dominant discourses, literary “translation projects” in the West need to revise their goals and strategies.

Hiroko Furukawa, professora e pesquisadora da Universidade Tohoku Gakuin, no Japão, também abordou o tema da adaptação cultural de textos feministas. De acordo com a proposta canadense, tornar o feminino visível na linguagem levaria a uma maior visibilidade social da mulher, como abordado no capítulo anterior.

[T]he radical approach to feminist translation aims to make the feminine visible through the experimental use of language in such a way that both the narrator’s voice and, often, the voice of individual characters, are feminized. Radical feminist writing and translating thus aim to undermine conventional language, which women are forced to use by male-dominant authorities. Therefore, to make women visible in language is the way to give them their own voice instead of their being resigned to a subordinate position in society, whether Western or otherwise. (FURUKAWA, 2017, loc.2024/2025)

Hiroko afirma, entretanto, que devido a diferenças entre as línguas e as culturas, essa prática não surtiria o mesmo efeito em seu país. A língua japonesa possui uma marcação de gênero diferente da inglesa, e isso faz com que sejam necessárias estratégias diferentes. Há tradicionalmente no Japão um modo feminino de uso da linguagem, com o emprego de formas lexicais distintas. A convenção tradutória local, por sua vez, tem sido a de atribuir uma fala feminizada às

personagens femininas, mesmo quando o material de partida emprega o mesmo tipo de linguagem para homens e mulheres. Por exemplo: “in the Japanese translation of Helen Fielding’s *Bridget Jones’ Diary* (1998), Bridget, in Japanese, never swears and often uses very feminine language, even though she is depicted as a foul-mouthed character in the original” (*Ibidem*, Loc.2042). Hiroko propõe, portanto, que uma tradução feminista japonesa deveria, ao contrário da canadense, “desfeminizar” a linguagem, evitando representações “ultrafeminizadas” da mulher. As normas de como seria a fala “adequada” da mulher seriam, desse modo, confrontadas.

É interessante também destacar o entendimento de Hiroko sobre a viabilidade da implementação de estratégias radicais de tradução feminista no Japão:

[R]adical feminist translation tends to be a highly intellectual experiment, and consequently, the target audience for such a product is likely to be small. (...) Japanese society is arguably not yet ready to accept such radical translations as those published in North America or Europe, where feminist movements are firmly established. (*Ibidem*, loc.2226/2227)

Para que as ideias feministas sejam avançadas de forma eficaz no país, a pesquisadora propõe não um decalque das práticas radicais canadenses, e sim uma adaptação das estratégias ao contexto e às possibilidades locais; com uma iconoclastia mais moderada.

Em “The Revolution Cannot be Translated: Transfiguring Discourses of Women Liberation in 1970’s 1980’s Japan”, James Welker fala sobre o início da segunda onda feminista no Japão. Segundo o autor, o entendimento mais comum é que a tal segunda onda feminista tenha sido importada acriticamente dos países norteamericanos. Welker afirma, entretanto, que a prática da tradução feminista no Japão é anterior a tal influência.

No artigo, ele discorre sobre a tradução de *Our Body, Ourselves* (1971). A obra, criada pelo Boston Women's Health Book Collective, aborda temas tabus sobre a sexualidade e a saúde das mulheres. Foi um texto pioneiro ao tratar abertamente a questão do aborto, da identidade de gênero, da orientação sexual, da menopausa, dentre muitas outras. O livro foi considerado de grande importância por grupos feministas de diversos países. Porém sua tradução apresentava desafios – não só por abordar temas delicados, como também por conter diversos elementos voltados diretamente para a realidade americana.

No Japão, a tradução de *Our Body, Ourselves* foi feita por tradutoras feministas. O material foi apropriado pelas tradutoras a tal ponto que foi apresentado não como uma tradução do original, e sim como uma “versão em japonês”. Uma das preocupações das editoras era que o livro fosse ofertado a um preço acessível. Para isso, diversos capítulos tiveram que ser excluídos, e apenas os considerados mais relevantes foram traduzidos. Trechos direcionados especificamente para a realidade local foram incluídos.

O tema da homossexualidade foi abordado apenas superficialmente, e todo o capítulo sobre lesbianismo foi excluído sob a justificativa de que o grupo responsável pela redação do capítulo “In America They Call Us Dykes” não seria diretamente relacionado ao Coletivo de Boston. Ainda assim, a exclusão é abertamente lamentada pelas tradutoras (que tiveram forte influência editorial no livro em japonês e) que aconselhavam os interessados a buscar mais informações sobre o tema em uma revista do movimento feminista local.

Pela extrema transparência com a qual se deu a marcante intervenção das tradutoras no material, a questão da ética da intervenção ideológica perde importância. Afinal, como manter a relevância do livro senão desse modo? A recepção local foi boa, tendo o livro gerado um grande impacto cultural, com múltiplas reedições. De acordo com Welker, a obra fomentou a publicação de diversos textos feministas produzidos localmente.

A grande visibilidade das tradutoras não foi a única influência da corrente canadense. Inovações lexicais e estilísticas – tentativas de intervenção na linguagem patriarcal – também podem ser observadas. Como afirma WELKER (2015, p.72/73):

The Sino-Japanese Compounds long used to refer to most sexual organs contain the character for shame (*chi*) or for negative (*in*), creating a strong shameful or otherwise negative association with the parts of women’s bodies associated with sex and reproduction. The translator replaced these characters with the more neutral character for sex (*sei*), generating new words to talk about things like the vulva, the labia, pubic hair and so forth. (...) In doing so, the translators hoped to remove both the shame and euphemism that might prevent women from speaking openly about their bodies.

Uma análise mais cuidadosa seria necessária para avaliar o verdadeiro impacto desse tipo de “ativismo linguístico”, entretanto WELKER destaca que ele é, ao menos em parte, verificável no uso atual da linguagem no Japão: “[a]lthough all of the older terms remain in use today, most of the terms the translators introduced with this

translation have increasingly become preferred, if not standard in public discourse on women's bodies" (*Ibidem*, 2015, p.73).

A pesquisadora da Universidade de Ottawa, Anna Bogic, também dedicou-se ao estudo da tradução de *Our Body, Ourselves*. Em "Translating into Democracy – The Politics of Translation, *Our Bodies, Ourselves*, and the 'Other Europe'", Bogic analisa a tradução da obra em cinco países que se formaram após a extinção da URSS – Sérvia, Bulgária, Romênia, Polônia e Rússia – e "investigate the ways in which feminist discourse needs to be negotiated before it can cross the geopolitical East-West divide" (BOGIC, 2017, loc.1521)

Segundo a autora, a transição política gerou grandes perdas para a qualidade de vida de todos. As mulheres, entretanto, foram as mais afetadas: "Gender studies scholarship has shown that the transition has given rise to unemployment, the relegation of women to the private sphere, and a return to values based on the ideals of home, nation and (...) Christianity" (*Ibidem*, loc.1495). O direito à escolha (de manter ou não uma gravidez) foi amplamente cerceado, e o acesso à saúde reprodutiva tornou-se precário com a privatização dos serviços.

Devido às especificidades do contexto soviético, a tradução de OBOS não poderia ser feita sem uma boa dose de adaptação¹⁵, caso o objetivo fosse manter a relevância pretendida do livro na cultura em que ele fora criado. A luta pelos direitos reprodutivos nos Estados Unidos, por exemplo, era bastante diversa da vivenciada nas ex-repúblicas soviéticas. Enquanto, naquele país, o direito à escolha nunca houvesse sido garantido, nestes, tal direito era assegurado e socialmente aceito durante a existência da URSS. Portanto, "[t]he main concern of translators of *Our Bodies, Ourselves* was not so much the "faithfulness" to the original but accessibility and political empowerment or oppositionality" (*Ibidem*, loc.1662).

Todas as cinco traduções são adaptações culturais, em diferentes medidas. O Boston Collective buscou dar liberdade editorial para todas as ONGs feministas locais responsáveis pelas traduções, ainda que tenha definido diretrizes que determinavam que alguns capítulos – sobretudo os mais polêmicos, sobre aborto, lesbianismo e masturbação – deveriam ser mantidos. As versões polonesa e sérvia, por exemplo, foram marcadamente adaptadas para garantir a relevância das informações fornecidas

¹⁵ Neste trabalho, utilizo o termo "adaptação" no seguinte sentido: "intervenção nos textos por meio seja de cortes e omissões (similar à editoração), seja de acréscimos, expansões e interpolações" (MARTINS, 2014)

para o público local. A tradução búlgara, por sua vez, evita o uso excessivo dos pronomes “nós” e “nosso(a)”, verificado na edição em inglês, e opta por uma estratégia de adaptação “in order to avoid communist propagandist jargon or ‘false call to collectivity’” (*Ibidem*, loc.1690).

Como dito, todas as versões são adaptações, tendo lançado mão de estratégias como omissão, reorganização de capítulos, inclusão de textos escritos pelas tradutoras (às vezes com o auxílio de especialistas), neologismos, e a substituição de fotografias de mulheres americanas por mulheres locais. Ainda assim, alguns problemas de adaptação foram verificados como, por exemplo:

In the Russian translation, the chapter on abortion includes a personal account where a woman relates the difficult experience of having an illegal abortion. It becomes clear that the woman speaking in this personal account is not a Russian woman but an American woman since the voluntary termination of pregnancy is legal in Russia and has been since 1955. (*Ibidem*, loc.1713)

Outro fator de estranhamento era a menção a produtos não disponíveis localmente, como certos tipos de contraceptivos. Desse modo, as adaptações apresentavam, ao mesmo tempo, um caráter local e um caráter estrangeiro – como talvez o tenham todas as traduções. Possivelmente, a menção aos contraceptivos tenha sido uma estratégia utilizada com vistas a manter a importância do material no médio prazo, ou a alertar leitoras para novas ferramentas à disposição da mulher para o planejamento familiar. Ou ainda, talvez tenha sido um mero descuido no processo de adaptação. De um modo ou de outro, o objetivo de manter relevante o material traduzido e impactar positivamente a qualidade de vida das mulheres locais graças a um maior acesso à informação parece ter sido em grande parte alcançado¹⁶. Os prefácios deixavam clara a interferência das tradutoras na obra, e introduziam o contexto do movimento feminista norte-americano no qual o livro havia sido produzido.

Passemos agora para o tema da tradução de textos feministas na China. Em “Manipulating Simone de Beauvoir – A Study of Chinese Translations of *The Second*

¹⁶ Um tipo semelhante de adaptação de um texto feminista para a realidade local foi realizado no Brasil em 1832 pela francófona brasileira conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta. O livro foi publicado em português chegou a ser reimpresso duas vezes. Tal obra não será tratada neste trabalho por ser anterior ao movimento canadense. Para mais detalhes, ver: DÉPÊCHE, 2000.

Sex” (2017), a tradutora e professora de inglês da Universidade de Nanjing, na China, Liu Haiping, compara diferentes traduções para o chinês dessa obra que caracteriza como “a major work of feminist philosophy and the starting point of second-wave feminism” (HAIPING, 2017, loc.4466). Para a autora, a análise das traduções demonstra um filtro de ideologia de gênero machista. Há uma tentativa de enquadrar o movimento feminista dentro do pensamento marxista. O feminismo não é integralmente rejeitado, mas são assimiladas apenas as partes que poderiam servir ao “movimento comunista”.

Em 1973 foi publicada a primeira tradução para o chinês da obra. Porém, até 1986, as traduções continham apenas o Volume 2 (“L’expérience vécue”), tendo o Volume 1 (“Les Faits et les Mythes”) sido completamente excluído. A tradução de 1988 deixa de fora ainda alguns capítulos do Volume 2: “La lesbienne” (Cap.XV) e “Prostituées et hétaires” (Cap.XIX). A exclusão é justificada por uma frase no prefácio: “These (other) chapters, constituting a woman’s life, suffice to answer ‘what a woman is’” (WANG et al. 1987, 441 *apud* HAIPING, 2017, loc.4501). Ou seja, aos olhos dos editores, lésbicas e prostitutas não podiam ser consideradas mulheres *de verdade*. Com o comunismo tendo se tornado a ideologia dominante, a exclusão de trechos de obras traduzidas havia se tornado uma prática comum nas décadas de 1980 e 1990. Discussões sobre os direitos e o status da mulher eram temas tabus, e havia um controle político rígido das publicações.

Tais condições talvez expliquem as críticas ao texto de Beauvoir presentes nos prefácios das edições chinesas. Os editores da edição de 1986, por exemplo, afirmam não concordar com a ética existencialista da autora. Vale lembrar que o existencialismo critica a dissolução da individualidade – comum em sistemas conceituais abstratos e universalistas – ao valorizar a experiência e a realidade do ponto de vista do indivíduo. Não é difícil entender como essa obra, abertamente existencialista, poderia ser vista com maus olhos na República Popular da China, onde a dissolução do indivíduo em prol do bem comum é vista como algo desejável.

A edição de 1987, por sua vez, procura desassociar a tradução da vida das mulheres chinesas: “Here, Beauvoir mainly analyzes the lives of European and American women. These lives are certainly different from the lives of Chinese women”. Além disso, o paratexto reduz as críticas da autora, chamando-as de “women’s introspection”, e afirma ainda que “this kind of introspection seems to have no direct link to women’s progress” (WANG et al. 1987, 441 *apud* HAIPING, 2017,

loc.4519). O prefácio da edição de 1973 chega, inclusive, a afirmar que o “objetivo” da autora não é o de levar as mulheres à revolta, mas apenas divulgar a situação e os pensamentos da mulher.

O feminismo, aos olhos do comunismo chinês, é geralmente visto como um movimento burguês e ocidental. Ele é aceito, entretanto, quando o Partido Comunista Chinês o julga útil aos interesses nacionais.

The use of this kind of terminology in explanations or disclaimers in prefaces and other paratexts seems to demonstrate the PRC translators’ or publishers’ perhaps coerced beliefs in the superiority of Marxism over other ideologies and their antagonism toward feminism. It also reflects the Chinese government’s efforts to reinterpret feminism within the framework of Marxism and bring the women’s movement into the Marxist track. (HAIPING, 2017, loc. 4519)

Ao longo de seu artigo, Liu compara as diferentes visões sobre o casamento em quatro diferentes versões em chinês do livro de Beauvoir. Essa análise não será aprofundada neste trabalho. Destacarei apenas que, de acordo com Liu, a visão sobre o casamento da autora francesa é apresentada de forma bastante diversa nas diferentes versões. Em algumas, ela parece inclusive ver o casamento como um fardo positivo para as mulheres. Como coloca Liu: “a comparison of four Chinese translations – a study of word choices and the value orientations behind these selections – reveals deeper, subjective, and personal choices that each translator made in regard to Beauvoir’s perspective on marriage” (*Ibidem*, loc.4902)

Abordaremos agora a análise de Li Hongyu de duas diferentes traduções de **The Grass is Singing** (1950), da autora britânica Doris Lessing, para o chinês. Hongyu inicia seu artigo “Gender and the Chinese Context – The 1956 and 1999 Versions of Doris Lessing’s *The Grass is Singing*” (2017) com um breve histórico da inserção da tradução feminista ocidental na China. Segundo a autora, o tema foi introduzido no país em 1999, com a publicação de “Medio-Translatology”, de Xie Tianshen. Atualmente, a matéria é cada vez mais discutida nos meios acadêmicos. Porém, a maior parte dos trabalhos é teórica e poucos deles discutem como os preceitos relacionam-se com o contexto local.

Yet this is a limited scope that does not necessarily take into consideration the larger domestic context, its gender norms, women’s rights issues, or the evolution of those norms and issues. It results in a mechanical application of Western feminist theories that labels the translators as either one-dimensional “feminists” or “chauvinists”. (LI, 2008, 19). Much is left to be desired when it

comes to evaluating the effects of gender discourse on translation. (HONGYU, 2017, loc.3490)

Hongyu parte então para o estudo de como as diferentes percepções sobre gênero ao longo do tempo influenciam ou não a forma que as personagens são construídas no texto literário. Para tal fim, compara a caracterização da personagem Mary Turner nas traduções para o chinês de “The Grass Is Singing” publicadas em 1956 e 1959.

Mary Turner é uma inglesa abertamente racista, que gerencia junto com seu marido uma pequena propriedade rural no sul da África. Eles vivem isolados da sociedade e não desfrutam de boa condição financeira. A trama gira entorno da relação de Mary com um de seus criados, de quem acaba tornando-se bastante próxima ao longo da vida, em parte devido a problemas de saúde que a tornaram um tanto dependente de sua ajuda.

Na década de 1950, a questão da crueldade do colonialismo recebia grande atenção na China. O tema do gênero não estava em voga e, portanto, é natural que Lessing tenha sido vista como uma autora anti-imperialista, anticolonialista e comunista. “*The Grass Is Singing* was thus celebrated for its message of anti-colonialism, while the women’s issues it also raises were overlooked.” (*Ibidem*, loc.4047)

Dessa diferente percepção derivam as diferentes representações da personagem nas duas versões: “In 1956, Mary is a woman who is sensual, coquettish, and intimate; in 1999, she is awkward, clumsy, and ill at ease.” (*Ibidem*, loc.4038). Já em seu prefácio, da edição de 1956, Wang Keyi apresenta Mary como uma representação do colonialismo branco, moralmente desvirtuada. É natural, portanto, que, naquele contexto, a imoralidade de Mary também se manifestasse em seu comportamento enquanto mulher.

Tomemos como exemplo a tradução do trecho: “Charlie examined her closely when they were inside the lighted room, more closely because of the way she had said, ‘Good evening...’” (LESSING, 1950, 217, *apud* HONGYU, 2017, loc.3918). Na versão de 1956, a “forma” como ela diz “Boa noite” é especificada como “the way she gently and sensually said ‘Good evening’”. Portanto, como observa HONGYU:

The choice of “sensual”, though it can imply an attractive characteristic in a woman, is a judgmental choice in this context and becomes a negative attribute since the translator regards Mary as morally corrupt as suggested in his translation foreword. (2017, loc.3944)

Observamos, portanto, que não houve uma manipulação evidente do texto na versão da década de 1950, mas que a tradução sofreu uma influência determinante do contexto no qual foi produzida. Um aumento na consciência de gênero permitiu uma visão mais profunda, menos estereotipada da personagem. Esse pode ser considerado um efeito marcadamente positivo do aumento da divulgação das teorias feministas: ainda que os tradutores optem por não intervir deliberadamente no texto para “corrigir” inclinações com as quais não concordam, a consciência de gênero oferece a eles uma nova ferramenta para pensar de forma mais distanciada seus próprios preconceitos e suas próprias convenções ao longo do processo de tradução.

Os estudos mencionados até então são extremamente úteis para a compreensão da influência das teorias de tradução feministas norte-americanas em diversos países. Ainda assim, eles se limitam em grande parte a casos pontuais, e não levam a uma compreensão mais abrangente sobre o posicionamento da classe de tradutores profissionais sobre o tema. De grande interesse, nesse sentido, são dois estudos panorâmicos que serão analisados a seguir: um realizado pela pesquisadora da Universidade de Witwatersrand, Dr. Haidee Kruger; e outro pela professora at Centro Universitário Adventista de São Paulo, Dr. Ana Maria Schäffer.

Em “Professional and personal ethics in translation: A survey of South African translators’ strategies and motivations” (2014), KRUGER analisa os resultados de uma pesquisa com tradutores que indagava quais estratégias tradutórias eles escolheriam ao enfrentar certos tipos de dilemas éticos. O estudo contou com uma amostra de 31 profissionais, 81% dos quais mulheres. Kruger verifica uma preferência acentuada pelo que é tradicionalmente conhecido como “tradução fiel”. Mesmo em casos em que o texto apresentava uma ideologia abertamente racista, a maior parte dos participantes declarou que manteriam a mensagem original: “[m]any of the respondents explained that, although the content clashed with their personal beliefs, it was a part of history that needed to be told and it was their duty to remain faithful to the source text.” (KRUGER, 2014, p.156)

De acordo com a pesquisadora, a estratégia de omissão foi a menos escolhida, com apenas um participante tendo declarado que optaria por ela em um dos textos. As estratégias da neutralização e da recusa de traduzir o material foram escolhidas com frequência um pouco maior: 16% das vezes, cada uma. Ou seja, ainda que tenhamos

ao longo do capítulo enfocados textos que muitas vezes defendiam a intervenção ideológica do tradutor, de acordo com a pesquisa de Kruges, aparentemente, “the idea of faithful translation as ethical translation, which is a touchstone of the traditional, narrower professional view of ethics, does, in fact, inform this group of translators’ preferences for translation strategies” (*Ibidem*, p.164)

Ao justificar sua opção por manter-se fiel ao original de teor racista, um dos participantes declara:

[...] this literary text belongs to its author (as well as to its era) and should be accurately translated. However (and especially if the anthology were for children), I would suggest footnoting the word ‘nigger’ to indicate both that this historical usage is now considered insulting, and that the phrase is a misquotation of ‘the world, the flesh, and the devil’ – which makes it all the more offensive [...] but that this may [...] be an important part of the characterisation of one or other of the characters in the scene, thus, again, not to be tampered with by the translator of a literary text. (ANÔNIMO *apud* KRUGER, p.164)

Dois dos textos da pesquisa de Kruger foram incluídos por serem considerados sexistas. O primeiro é um extrato de um artigo acadêmico apresentado em um simpósio que se referia a humanidade invariavelmente como “man” e “he”. Muitos tradutores optaram por traduzi-los de forma fiel por motivos profissionais. Entretanto, uma grande parte justificou a escolha por motivos pessoais, afirmando que “they personally saw no problem with the usage of ‘man’ to refer to both men and women, or as one respondent formulated it: ‘Besides, [it’s] not necessarily offensive unless you have a chip on your shoulder’”. (*Ibidem*, p.166)

O segundo é um excerto de um artigo publicado em uma revista feminina local, que representava as mulheres de forma estereotipada: o que faria uma mulher feliz seria comprar sapatos, batom e lingerie, e acariciar o seu homem. Ainda que o tradutor discordasse da caracterização da feminilidade, pelo meio em que o texto foi publicado pode-se inferir que o leitor em potencial concordasse com essa definição. Desse modo, a ética profissional levaria um autor a manter o tom do texto, sendo uma alteração justificada apenas em termos de uma forte ideologia pessoal. De fato, dois participantes afirmaram que se recusariam a traduzir o material, motivados pela ética pessoal: “Just the kind of text I wouldn’t want to waste my time on – it’s plainly ridiculous” (*Ibidem*, p.161), e “[n]ow THIS is really sexist crap, the sort of thing popular magazines thrive on. Don’t work for them...” (*Ibidem*, p.162).

Porém, um outro participante, apesar de não concordar com a caracterização presente no texto, posiciona-se diferentemente:

I'd see this as probably what readers of women's magazines would be buying the magazines for, hence although I personally don't agree with all the items, I wouldn't alter anything. The context, i.e. both the type of publication and especially the target audience, is the key here. (*Ibidem*, p.161)

Na pesquisa, verificou-se que as estratégias adotadas pelos tradutores participantes ao lidar com textos machistas era, em termos numéricos: quatro dentre eles se recusariam a traduzir, dez recorreriam a uma adaptação neutralizadora, nenhum deles lançaria mão da omissão e a enorme maioria, quarenta e oito tradutores, optaria pela tradução literal. Além disso, houve um equilíbrio entre motivações de cunho pessoal e de cunho profissional:

The almost equal pull of personal and professional ethics is visible across type of ethical problem and text type. For the participants in this study, personal ethics does appear to have a stronger effect for ethical problems related to sexism and potentially offensive content, with professional ethics featuring more strongly for racism and crude language. (KRUGER, p.178)

No caso brasileiro, temos o privilégio de poder ter uma compreensão menos superficial do entendimento das tradutoras sobre a prática feminista graças a um estudo realizado pela professora do Centro Universitário Adventista de São Paulo, Ana Maria Schäffer, no qual entrevistou 21 tradutoras profissionais sobre o entendimento que tinham sobre a prática de tradução de gênero, e a forma como aplicavam ou não esses conceitos em sua atuação profissional.

De acordo com a pesquisadora, verificou-se muitas vezes uma resistência das entrevistadas em se identificar com o feminismo devido a um preconceito em relação ao termo, além de um limitado conhecimento teórico sobre o tema; ainda que muitas tenham declarado intervir de algum modo no texto com o propósito de promover a igualdade. Uma tradutora (T14), declara: “Penso que há espaço para a tradução que favoreça uma linguagem mais inclusiva” (ANÔNIMO *apud* SHAFFER, 2010, p.217). T15, por sua vez, afirma: “Se algo me incomoda em termos de linguagem [...] dependendo do contexto, interfiro sim, neutralizando o termo para algo que possa remeter a ambos os sexos” (*Ibidem*).

A pesquisadora observa, porém, que a interferência ainda ocorre sobretudo no nível da linguagem, como se o problema fosse limitado a ela. E afirma: “não basta alterar a linguagem, já que determinada mudança de *o* para *a*, ou para *o/a* provavelmente não vá provocar ressignificação nas atitudes machistas que vão muito além da língua.” (*Ibidem*, p.227). Ainda assim, reconhece que tal interferência é um ponto de partida. É interessante notar que, ao defender seu ponto de que a mudança na linguagem é tem efeitos limitados, Shäffer cita o exemplo canadense:

Temos consciência, por outro lado, que uma alteração pura e simples na linguagem não é suficiente, nem prova cabal de mudança de atitude frente à questão, *como bem indicam as estatísticas sobre agressão feminina no contexto canadense, onde a marcação de gênero na linguagem é intensamente praticada e exigida* (*Ibidem*, p.220, ênfase minha)

A pesquisadora observa que há um conflito entre o desejo de realizar uma mudança social por meio da intervenção na linguagem e o temor do estigma que isso pode gerar para elas como mulheres e como tradutoras. Ou seja, o entendimento de que a ética profissional exige uma “lealdade” com o autor ainda é forte: “Querem ser autoras, verbalizam esse desejo, mas se enredam, na sua fala, nas malhas do discurso patriarcal” (*Ibidem*, p.224).

Vemos, portanto, que apesar dos estudos acadêmicos enfocarem com grande ênfase as propostas de intervenção ideológica, o comportamento dos tradutores profissionais, ao menos no grupo sul-africano e no grupo brasileiro pesquisados, ainda valoriza acima de tudo o princípio de “fidelidade” ao texto-fonte.

Ao longo deste subcapítulo foram analisados diferentes exemplos do modo como as teorias de tradução feminista, fortemente influenciadas pelo movimento canadense, manifestaram-se em diferentes locais em todo o mundo. Foi demonstrada uma grande heterogeneidade na recepção e difusão dos conceitos, e um posicionamento do mercado muito mais conservador do que uma análise limitada à produção acadêmica levaria a crer. Ao longo do próximo capítulo, examinarei de modo mais direito a questão ética que permeia a intervenção ideológica deliberada do tradutor no texto.